

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLVIII • Nº 485 • Brasília-DF • Maio 2026

SEM TERRITÓRIO PROTEGIDO, DIREITOS NÃO CHEGAM

Mobilização indígena em Brasília expõe que a demora na garantia dos direitos territoriais aprofunda conflitos, amplia a violência contra comunidades e lideranças, favorece a destruição ambiental e compromete o acesso à saúde, à educação, à segurança alimentar e à proteção social

Páginas 8, 9, 10 e 11

Após mais de um século de silêncio,
povo Nawa luta para impedir novo apagamento

Páginas 4 e 5

Duas decisões, um mesmo contexto histórico:
tribunais reconhecem violações contra os Tupinambá

Páginas 14 e 15

Rede de solidariedade: a importância
das alianças globais na defesa dos territórios

Página 16

A negociação permanente do constitucionalmente inegociável

Desde que foi forjada a tese do marco temporal em relação aos direitos constitucionais dos povos indígenas, a insegurança jurídica, cultural, étnica e social instalou-se nos tribunais e nos territórios desses povos.

Levou anos até que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.017.365, envolvendo o povo Xokleng de Santa Catarina, declarasse a tese do marco temporal inconstitucional. Prevaleceu na Corte Suprema o princípio do indigenato, fundamentado no direito originário dos povos que aqui viviam muito antes da chegada dos colonizadores. Naquele julgamento, o STF reconheceu que os direitos territoriais indígenas são originários e independem da comprovação de ocupação em 5 de outubro de 1988.

Mas a decisão não encerrou a disputa. O Congresso Nacional promulgou a Lei nº 14.701/2023 e reintroduziu a tese do marco temporal no ordenamento jurídico. Seguiram-se mais dois anos até que o STF, novamente, afirmasse a incompatibilidade da tese com a Constituição. Ainda assim, a insegurança permanece, pois não houve a declaração definitiva de inconstitucionalidade de toda a lei.

Para discutir as ações diretas de constitucionalidade e inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023, o ministro Gilmar Mendes instituiu uma mesa de conciliação, o que abriu espaço para a negociação do constitucionalmente inegociável: os direitos originários dos povos indígenas.

O resultado da chamada conciliação foi a manutenção de um texto que sufoca os direitos indígenas à terra. O STF, ao apreciar o conteúdo final do relatório apresentado pelo ministro Gilmar Mendes, fez pequenas ressalvas em aspectos administrativos, mas, no restante, prevaleceu substancialmente a proposta elaborada pelo ministro, que manteve diversos pontos extremamente graves, ampliando mecanismos de relativização dos direitos originários e criando novos entraves administrativos, jurídicos e políticos aos processos demarcatórios.

As novas orientações decorrentes do voto do ministro Gilmar Mendes passaram a gerar múltiplas interpretações dentro dos próprios órgãos do poder público. Sem uma diretriz administrativa unificada, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Ministério da Justiça passam a atuar em um cenário permanente de insegurança institucional, administrativa e operacional.

A gravidade do contexto ocorre justamente no momento em que crescem as pressões econômicas, minerárias e fundiá-

rias sobre os territórios tradicionais. O mecanismo apresentado como alternativa institucional de pacificação acabou fortalecendo setores ligados ao latifúndio, à mineração e ao agronegócio.

Embora o marco temporal tenha sido declarado inconstitucional, sua lógica passou a alimentar novas manobras jurídicas destinadas a restringir o direito originário. Destaca-se a compra de terras em substituição à demarcação, a permuta de áreas e mecanismos de negociação que admitem o usufruto das terras indígenas por terceiros, em afronta ao princípio constitucional de que essas áreas são inalienáveis e destinadas ao usufruto exclusivo dos povos indígenas.

Num país onde há mais bois no pasto do que gente, onde se valoriza mais a devastação do que a preservação da vida, e onde os minérios e as chamadas “terras raras”, cobiçadas pelos diversos agentes do capitalismo global, sobrepõem-se à dignidade humana, não se pode esperar justiça plena. O que vemos são medidas paliativas ou compensatórias.

A crescente disputa internacional por minerais estratégicos e terras raras, impulsionada pela transição energética global e pelas novas tecnologias, reposicionou os territórios indígenas no centro de uma nova corrida econômica e geopolítica. Embora apresentado como alternativa sustentável diante da crise climática, o modelo mantém a lógica histórica de apropriação intensiva da natureza, concentração econômica e violação de direitos territoriais.

O que se percebe, de fato, no Brasil, é que a questão indígena é tolerada enquanto dela se extraem elementos culturais. Mas, quando os povos exigem aquilo que constitui a essência de sua existência – a terra –, passam a ser marginalizados, excluídos, perseguidos e violentados.

Ainda assim, apesar de séculos de violência, os povos indígenas permanecem resistindo. As resistências indígenas não são apenas reação; são afirmação permanente de existência, identidade e pertencimento.

O que está em disputa não é apenas a posse dos territórios, mas a própria natureza dos direitos indígenas. Ao transformar direitos originários em objeto de negociação permanente, desloca-se o debate do campo constitucional para o campo da conveniência política e econômica.

Editorial elaborado a partir das reflexões desenvolvidas por Roberto Liebgott e Ivan Cesar Cima

Porantim nas

Dez anos de ecocídio

Em maio de 2026, Belo Monte completou dez anos de operação – e o resultado é exatamente o que os povos do Xingu denunciaram desde os anos 1980, quando ninguém os ouviu. A usina desvia 80% do rio Xingu por um canal de 75 km, o que comprometeu a reprodução dos peixes, destruiu áreas de igapó, agravou a insegurança alimentar e alterou profundamente os modos de vida de indígenas e ribeirinhos. Jovens relatam quadros de depressão e suicídio. Comunidades foram deslocadas. Ecossistemas inteiros entraram em colapso. Nada disso foi previsto. Foi escolha. “Não foi erro técnico nem falha de previsão. Foi uma decisão política consciente”, afirma o Cimi, que pede o cancelamento da concessão e o desmantelamento da usina. Enquanto o caso avança na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pode chegar à Corte, outro empreendimento já ronda a região. O projeto minerário Belo Sun avança sobre a mesma Volta Grande reproduzindo falhas de consulta denunciadas há mais de uma década. A tragédia mudou de nome, mas segue o mesmo roteiro.

Saúde sob contrato

A Constituição garante aos povos indígenas uma atenção diferenciada à saúde. Na prática, o que existe são equipes terceirizadas com alta rotatividade, tratamentos interrompidos, postos de saúde deteriorados e falta de medicamentos – enquanto pajés, parteiras e sistemas próprios de cuidado seguem marginalizados. Em 2023, o governo criou a AgSUS, agência que passou a administrar boa parte da logística, contratação e infraestrutura dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Resultado: ainda mais terceirização, e DSEIs cada vez mais subordinados a disputas políticas e ao loteamento de cargos – recursos públicos alimentando estruturas administrativas externas, enquanto faltam medicamentos e saneamento nos territórios. E o que mais adoece os povos indígenas não está no escopo de nenhum convênio: é a contaminação por agrotóxicos, o garimpo, os rios poluídos, a violência territorial. Tratar essas doenças sem garantir território é tratar o sintoma e ignorar a causa. O resultado já está nos números de suicídio entre jovens indígenas – que seguem crescendo enquanto a saúde mental indígena permanece, segundo o próprio Cimi, insuficiente e desarticulada.

Violência previsível

O governo brasileiro admitiu, em resposta oficial à ONU, que recebeu uma série de alertas antes do assassinato de Vicente Fernandes Vilhalva, Kaiowá e Guarani, morto com um tiro na cabeça em 16 de novembro de 2025. Funcionários do programa de proteção a defensores chegaram a ouvir os disparos pelo telefone. A Força Nacional, que monitorava a área, estava em troca de turno no momento do ataque. Os relatores da ONU não tiveram dúvida: chamaram o caso de “violência previsível” – o Estado sabia do risco e falhou em proteger. A comunidade de Pyelito Kue vive confinada em 97 hectares cercados por eucalipto e fazendas de gado, esperando desde 2013 a conclusão de uma demarcação que já foi identificada, delimitada e publicada no Diário Oficial. E enquanto o governo redigia a resposta para Genebra, a violência seguiu seu curso: em janeiro, um “ato de terror” na TI Guyraroká; em abril, ataques de jagunços e da polícia a duas retomadas, seguidos da prisão de cinco indígenas; em maio, um novo assassinato – o vice-cacique Givaldo Santos. As ações estatais avançam ao quadrado. A violência, ao cubo.





Juventude indígena do Araguaia debate prevenção ao suicídio em encontro inédito

Reunindo jovens de seis povos, evento promovido pelo Cimi fortalece diálogo, formação e estratégias de cuidado nos territórios

Por **Eduardo A. de Oliveira**, do Cimi Regional Mato Grosso, e assessoria de comunicação do Cimi

Durante quatro dias, jovens dos povos Karajá, Kanela, Krahô, Javaé, Xavante e Xerente estiveram reunidos no Centro Comunitário de São Félix do Araguaia (MT) para o 1º Encontro da Juventude Indígena do Araguaia. O tema escolhido revela a urgência do momento: a prevenção do suicídio. Organizado pela equipe do Araguaia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Mato Grosso, o encontro reuniu cerca de 55 jovens do Araguaia mato-grossense e do Tocantins entre os dias 17 e 20 de março deste ano.

A escolha do tema não é casual. Segundo o relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, publicado anualmente pelo Cimi, foram registrados 208 suicídios de indígenas em 2024 – um crescimento em relação ao ano anterior, com 180 casos. Amazonas (75), Mato Grosso do Sul (42) e Roraima (26) concentraram os números mais elevados. Os mais afetados são os jovens: indígenas de até 19 anos responderam por 32% dos casos, e aqueles entre 20 e 29 anos, por 37%.

Os dados do Cimi encontram respaldo em outras pesquisas recentes. O 2º Informe Epidemiológico sobre Saúde da Juventude Brasileira, publicado pela Fiocruz em dezembro de 2025, aponta que a juventude indígena tem a maior taxa de suicídio do país, de 62,7 por 100 mil habitantes – mais que o dobro da taxa entre jovens em geral, que é de 31,2. Entre meninas indígenas de 15 a 19 anos, o índice chega a 46,2.

A situação é especialmente grave no Mato Grosso do Sul. Segundo o Atlas da Violência divulgado em 2025 com dados de 2024, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o estado lidera o suicídio indígena no Brasil, com taxa de 151,8 mortes por 100 mil habitantes – quase 20 vezes acima da média brasileira. Pesquisadores apontam que a concen-

tração de casos nessa região está diretamente ligada à histórica morosidade na demarcação de territórios, à violência crônica contra lideranças e à marginalização das comunidades. A não demarcação da terra não é a única razão, mas pode ser um dos determinantes sociais que impactam na saúde e na vulnerabilidade dos povos indígenas.

Os dados dialogam com um cenário ainda mais amplo. Considerado um problema de saúde pública no Brasil, segundo o Ministério da Saúde (2021), foram registradas 15.507 mortes por suicídio em 2021, o que representa uma média de 42 óbitos por dia. Em âmbito global, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 700 mil pessoas morrem por ano por suicídio. Entre os jovens de 15 a 29 anos, o suicídio é a quarta principal causa de morte.

Foi nesse contexto que o encontro no Araguaia se tornou necessário. A formação foi estruturada em seis blocos temáticos interligados – Adolescência e Juventude; Ansiedade e Depressão; Vícios; Prevenção (dois blocos); e Missão – com espaço para reflexão em grupos e partilha em plenária. Os debates contaram com o apoio do psicólogo clínico Jonathan Igor, representante das Congregações Religiosas na Coordenação Nacional da Pastoral Juvenil (CNPJ). O profissional foi o assessor do evento.

Os jovens indígenas foram motivados a refletir e discutir o tema em conjunto e, posteriormente, a partilhar suas percepções em plenária. Houve muitas trocas entre os grupos, diante das realidades vividas em seus territórios, especialmente em relação aos vícios e aos casos de suicídio, que vêm afetando principalmente o público juvenil.

As partilhas entre os jovens revelaram a dureza do que enfrentam em seus territórios. Depressão, uso abusivo de álcool e casos de suicídio foram relatados com franqueza. Alguns participantes tiveram coragem

de compartilhar experiências pessoais – tentativas próprias ou de pessoas próximas. Tristeza profunda, isolamento e frases como “quero desaparecer” foram identificados como sinais de alerta que não podem ser ignorados.

“Esse encontro é importante para a formação dos jovens sobre a questão do suicídio. As informações colhidas serão levadas aos territórios para que os jovens nas aldeias possam compreender melhor a prevenção”, afirma Cohkru Krahô, jovem da aldeia Rio Vermelho, em Goiatins (TO), destacando a importância de o Cimi ampliar iniciativas como essa para outros territórios.

Lúcia Vânia Rê’utpori’ô, do povo Xavante, do território Marãiwatsédé, em Alto Boa Vista (MT), destacou a necessidade de levar o debate adiante: “É possível reconhecer essas situações no território; por isso, é importante levar o que foi discutido aqui para os jovens que permaneceram na aldeia.”

Lucivanda Zârê (Xerente), da aldeia Funil, em Tocantins (TO), e Kátinakarú (Karajá), da aldeia Fontoura, na Ilha do Bananal (TO), ressaltaram a importância da participação das mulheres nesse debate e da ampliação dessa discussão entre os jovens de suas comunidades.

Força coletiva

O peso do tema não excluiu momentos de animação durante o encontro, pelo contrário, a cultura é também uma forma de cuidado. Cantos, rituais e dinâmicas educativas protagonizados pelos próprios jovens marcaram os quatro dias.

Como resultado das atividades em grupo, os participantes elaboraram propostas concretas de ações voltadas à prevenção do suicídio em seus territórios. O encontro foi encerrado com apresentações e danças culturais – um gesto que, por si só, já é resposta: povos que cantam e dançam juntos estão, antes de tudo, afirmando que querem continuar existindo.

Após mais de um século de silêncio, povo Nawa luta para impedir novo apagamento

Descendentes de duas sobreviventes de massacres cometidos durante o avanço dos seringais no Acre, os Nawa reconstruíram a própria identidade após gerações de medo e ocultamento; agora, denunciam que a demora do Estado ameaça apagar, de novo, o que resistiu por mais de um século

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Por décadas, os mais velhos do povo Nawa evitaram dizer quem eram. Esconderam a língua, silenciaram os costumes e aprenderam a sobreviver sob outro nome. Chamados de “caboclos”, viveram entre seringueiros carregando a memória de uma violência que quase exterminou o povo que habitava a região do Juruá, no Acre. “Nossos antepassados não tinham coragem de se revelar indígenas, nem de dizer de que povo eram. Viviam como seringueiros porque tinham medo”, relata Lucila da Costa Moreira Nawa, professora indígena há 26 anos e uma das principais lideranças do povo.

A história que Lucila carrega foi transmitida pelos mais velhos e reconstruída ao longo dos anos por meio de pesquisas, encontros com outros povos e da própria retomada da identidade Nawa. Os massacres, segundo ela, começaram com a chegada dos coronéis e patrões seringalistas à região. “Quando começaram a chegar os coronéis, queriam que os indígenas trabalhassem para eles e até tentavam trocar mercadoria pelas mulheres indígenas. Mas o nosso povo nunca aceitou isso. Como não aceitavam obedecer nem entregar suas mulheres e filhas, começaram as perseguições e as matanças.”

A violência provocou sucessivas fugas. Expulsos de seus territórios, os Nawa migraram entre diferentes regiões da floresta tentando escapar dos ataques – de Cruzeiro do Sul para o Estirão dos Nawa, do Estirão para o Rio Azul, do Rio Azul até o Novo Recreio, na bacia do rio Moa. Quase todo o povo foi exterminado, mas restaram duas meninas: Mariruni, bisavó de Lucila, e Francisca Borges, conta a liderança Nawa. “Só ficaram duas crianças que conseguiram fugir para a mata. Depois foram encontradas pelos seringueiros e cresceram escondendo quem eram, sem revelar a origem indígena.” O medo atravessou gerações.

Um povo que reaprendeu a dizer o próprio nome

A retomada da identidade indígena começou apenas nas gerações mais recentes. Lucila conta que cresceu ouvindo fragmentos da história da família, mas foi durante os estudos na licenciatura indígena intercultural, a partir dos anos 2000, e no contato com outros povos que começou a compreender o passado da própria família. “Foi só na minha geração que a gente teve coragem de perguntar de onde vinham aqueles caboclos. Os mais velhos não queriam falar, mas nós insistimos com cuidado até eles contarem que éramos do povo Nawa e que tínhamos sido expulsos do nosso território.”

O nome em si carrega uma história. Os ancestrais do povo se chamavam Kapanawa. Mas “nawa”, na língua Pano, significa “outro” – era o termo que usavam para se referir ao que não era Kapanawa, ao estrangeiro, ao branco. Com o tempo, foram os próprios não indígenas que passaram a chamá-los de Nawa, por ouvirem constantemente a palavra. A denominação foi incorporada e hoje é como o povo se identifica politicamente, reconhecendo tanto a transformação histórica quanto a origem ancestral compartilhada com seus parentes do Peru. Oficialmente, a Funai registra o povo como Nawa/Kapanawa.

Mesmo sem se nomear indígenas, os costumes nunca desapareceram de todo, lembra Lucila. “Nosso povo continuava vivendo como indígena, falando palavras da língua sem perceber, colocando nomes indígenas nas crianças, mantendo nossos costumes e nosso jeito de viver.” O Cimi



Lucila Nawa, professora indígena há 26 anos e uma das principais lideranças do povo

teve papel decisivo nesse processo de reconhecimento. Em 1999, missionários do organismo chegaram ao rio Moa e foram os primeiros a registrar e comunicar à Funai a existência de um povo que se autodenominava Nawa. “O primeiro contato nosso foi o Cimi. Eles não mandavam ninguém fazer nada – só apoiavam. A gente pedia apoio para aquilo que queria fazer e eles sempre apoiaram. E estamos aqui com a nossa própria voz”.

Hoje, o povo Nawa reúne 86 famílias e cerca de 526 pessoas reconhecidas oficialmente como indígenas – e aguarda a demarcação do território há mais de duas décadas.



Lucila em ação dentro do território Nawa

A terra sobreposta e a luta que não termina

A principal reivindicação do povo Nawa é a demarcação da terra tradicional na bacia do rio Moa, nos municípios de Mâncio Lima e Rodrigues Alves, região que faz fronteira com o Peru. O problema é que, em 1989, o governo federal criou o Parque Nacional da Serra do Divisor sobre esse mesmo território – sem consulta às comunidades que ali viviam. Com 843 mil hectares, o parque impôs restrições severas às atividades de subsistência dos Nawa e colocou as famílias sob risco constante de reassentamento forçado. Por décadas, o ICMBio, órgão administrador do parque, sequer reconheceu os Nawa como indígenas – chegando a aplicar, em um caso, multa superior a R\$ 300 mil para impedir que as famílias construíssem casas e roçados. O quadro só começou a mudar em 2024.

Em novembro de 2024, Nawa e ICMBio assinaram um Termo de Compromisso, homologado pela Justiça Federal, que reconhece a ocupação tradicional do povo e estabelece acordos de convivência dentro do parque. Foi um avanço significativo depois de décadas de conflito. Mas as limitações à autonomia do povo sobre seu próprio território permanecem.

O processo de demarcação, iniciado formalmente em 2003, deu um passo concreto somente em fevereiro de 2026, quando a Funai publicou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Nawa – após 23 anos de espera. O documento delimita 65.159 hectares e reconhece oficialmente a ocupação tradicional do povo Nawa/Kapanawa. A presidenta da Funai, Joenia Wapichana, assinou o despacho com a presença virtual de lideranças Nawa. “São mais de 20 anos para esse reconhecimento. É uma luta centenária do nosso povo e nunca baixamos a cabeça. Hoje ficamos alegres porque saiu o nosso primeiro relatório assinado. Agora é dar continuidade à nossa luta”, celebrou Lucila.

Mas comemorar com cautela é a postura de quem foi enganado antes. “Foram feitos uns três relatórios e

nenhum foi publicado. Quando a gente pensava que tinha avançado um passo, descobria que nada tinha acontecido.” Agora, o processo precisa ser reconhecido pelo Ministério da Justiça e depois pela presidência da República – etapas que podem levar anos e enfrentar contestações judiciais de proprietários rurais, o que historicamente paralisa demarcações por longos períodos.

Diante da morosidade do Estado, os próprios Nawa anteciparam parte do trabalho. Realizaram sua autodemarcação. As comunidades mapearam e demarcaram fisicamente o próprio território sem esperar pelo governo. “Mulheres, homens, idosos e crianças fizemos a demarcação por conta própria, porque sabemos onde começa nossa terra, onde buscar nosso alimento e nossa fibra”, conta Lucila ao relatar que as mulheres tiveram papel central nessa mobilização. “As mulheres sabem o que é não ter o que dar de comer pra um filho, uma água boa de beber. Os homens estiveram ao nosso lado, mas as mulheres, mesmo muitas vezes caladas, seguiram a luta.”

Entre o parque e a ameaça da estrada

A ausência de demarcação deixa o território Nawa exposto a pressões que vão além dos conflitos fundiários. A região de fronteira entre Brasil e Peru enfrenta avanço de extração ilegal de madeira, ocupações irregulares e rotas ligadas ao narcotráfico – tudo potencializado pela baixa presença do Estado. E paira sobre a região uma ameaça que mobiliza organizações indígenas e ambientais há anos: a proposta de construção de uma estrada ligando Cruzeiro do Sul, no Acre, à cidade peruana de Pucallpa.

O traçado previsto cortaria diretamente o Parque Nacional da Serra do Divisor e afetaria as Terras Indígenas Nawa, Nukini, Poyanawa e outras, além de ameaçar povos isolados do lado peruano. A Justiça Federal já suspendeu o projeto em 2023, determinando que não haja licenciamento sem consulta prévia aos povos indígenas afetados e sem estudo de impacto adequado. O governo Lula não incluiu a obra em seu planejamento federal. Mas o projeto não foi definitivamente arquivado, e interesses econômicos e políticos regionais mantêm a pressão por sua retomada.

Para os Nawa, que ainda não têm a terra demarcada, a ameaça é concreta: sem o reconhecimento formal do território, qualquer avanço de obras ou concessões sobre a área encontra menos barreiras legais para ser contestado.

“Nós somos os verdadeiros guardiões da floresta”

O território Nawa abriga não apenas o povo – abriga também povos indígenas isolados, cujos rastros os Nawa encontram periodicamente durante o monitoramento da área. São provavelmente parentes dos Isconahua, povo isolado que possui reserva reconhecida do lado peruano da fronteira. Os Nawa se reconhecem como guardiões desse território mais amplo e realizam fiscalização com uma guarda improvisada, monitoram animais, cuidam das águas e trabalham com a juventude para manter o vínculo com a floresta.

Essa proteção, porém, tem se tornado cada vez mais difícil. As mudanças climáticas chegaram ao interior da floresta: a temperatura das águas dos igarapés subiu, incêndios que destroem roçados de macaxeira e plantas medicinais tornaram-se frequentes, e cheias repentinas arrasaram casas e plantações.

Para Lucila, a equação é direta: sem território, não há como proteger



Lucila, em entrevista ao Porantim, localiza seu território no mapa de Terras Indígenas do Ministério da Justiça

a floresta, e sem floresta, não há saúde. “Nós somos os verdadeiros guardiões da floresta. Nós cuidamos da mata, protegemos os rios e percebemos as mudanças do clima. O nosso ar e a nossa floresta não servem só para nós indígenas. Servem para o mundo inteiro. Enquanto muita gente destrói e polui, somos nós que continuamos protegendo o que ainda resta.” E resume a contradição que atravessa a política ambiental brasileira: “Nós conservamos para esse pessoal poluir. Não é justo não demarcarmos a nossa terra, sendo que nós é quem cuida e faz a fiscalização.”

Parentes reencontrados após 103 anos

Durante as pesquisas sobre a história do povo, os Nawa descobriram a existência de parentes no Peru: os Kapanawa, povo da mesma origem ancestral e da mesma família

à comunidade Kapanawa de Limoncocha, às margens do rio Tapiche, no nordeste do Peru. “Fomos reavivar nossas origens. Eu me senti em casa quando eu cheguei lá. Nos abraçamos como uma família que ficou afastada por 100 anos”, contou a liderança.

O encontro resultou na “Carta de Limoncocha”, documento coletivo que afirma a identidade compartilhada dos dois povos e a necessidade de intercâmbio contínuo, fortalecimento cultural e linguístico e troca de informações sobre os territórios na fronteira. Os Kapanawa do Peru conservaram a língua materna – hoje classificada como seriamente ameaçada, com pouco mais de uma centena de falantes nativos. Os Nawa brasileiros estão agora em processo de reaprendizado, estudando a língua com os parentes por meio de encontros online. “É como reconstruir uma parte da nossa história que tentaram apagar”, disse Lucila.

Da floresta à ONU: “Sem terra, não temos saúde”

Em abril de 2026, Lucila viajou 5.700 km do Acre até Nova York para participar da 25ª Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas, realizada de 20 de abril a 1º de maio com o tema “Garantir a saúde dos povos indígenas, inclusive em contextos de conflito”. A viagem foi feita com apoio do Cimi e da Repam. “Viajei três dias para chegar aqui. Fora da Terra Indígena, não vi um pedaço de floresta em pé. Para os povos indígenas, viver sem floresta é viver sem saúde, principalmente para as mulheres indígenas”, declarou Lucila no segundo dia de atividades do Fórum.

Na ONU, Lucila levou a denúncia sobre a demora na demarcação do território Nawa e um apelo pelas mudanças climáticas que devastam a floresta sem que os povos que a protegem sejam responsabilizados ou indenizados por isso. “Vamos pedir que os territórios sejam demarcados o mais breve possível, tanto do povo Nawa como de outros povos no Acre e no Brasil. Nós indígenas não lutamos só pelo nosso povo. Lutamos em favor de todos.”

A viagem também carrega o peso de uma espera que já consumiu gerações. “O meu pai, minha mãe e meus avós morreram sem ver nosso território reconhecido. Hoje eu já sou uma das mais velhas do meu povo e ainda continuo esperando esse momento.” Lucila tem 55 anos. Começou a trabalhar como professora quando tinha a quarta série – a mais escolarizada da comunidade à época. Viu o povo crescer de uma história de quase extinção para 526 pessoas reconhecidas. E não pretende parar.

“Mesmo que eu vá para outro mundo, eu não morro. Eu vou ser semeada, vou nascer, vou brotar. E o meu povo vai ficar ali com aquela árvore que plantamos. Isso é uma ciência. Por isso temos tanta resistência.” E encerra com o que é, ao mesmo tempo, memória e recado: “Já tentaram acabar com nosso povo uma vez. Jamais vamos deixar isso acontecer novamente.”



Lucila durante monitoramento de fiscalização do território Nawa, realizado por toda a comunidade: homens, mulheres e crianças

Sem demarcação há 20 anos, lideranças da TI Curupira/Paracuni transformam formação político-jurídica em estratégia de luta

Diante do avanço de invasões e de ameaças, comunidades Maraguá participaram de oficina de formação em defesa do território, da saúde e da educação indígena

Por **Kesley Souza da Cunha**, do coletivo de comunicadores indígena e **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

O povo Maraguá convive há MAIS de 20 anos com um cenário que não deveria existir: invasores extraindo madeira ilegalmente, pescando e caçando de forma predatória, soltando búfalos nas áreas de cultivo, ateando fogo na floresta e ameaçando lideranças. Na Terra Indígena Curupira/Paracuni, em Nova Olinda do Norte (AM), a demora na conclusão do processo de demarcação tem se traduzido, na prática, em ausência de proteção efetiva e no agravamento sistemático de conflitos que colocam em risco os modos de vida, os conhecimentos ancestrais e a própria floresta.

Foi diante dessa realidade que representantes de diversas aldeias se reuniram entre os dias 12 e 14 de maio, na aldeia Mossoroca, para uma Oficina de Formação Política e Jurídica promovida com apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte 1. O encontro reuniu lideranças, jovens e membros do povo Maraguá das aldeias Mossoroca, Yurupari, Tawató, Lago do Acari, Samaúma, Iwaca e de outras comunidades da região.

Durante três dias, o debate girou em torno de direitos indígenas, proteção territorial, saúde, educação e conjuntura política – com atenção especial aos impactos da Lei 14.701, conhecida como a lei do marco temporal – em um espaço de diálogo, reflexão e planejamento coletivo que permitiu às comunidades compartilhar experiências e construir estratégias conjuntas.

A missionária Quêzia Martins, da equipe Borba do Cimi Regional Norte 1, explicou o sentido do encontro: “O objetivo da oficina é justamente chegar nesse território, sentar com os povos indígenas e conversar sobre os seus direitos, sobre a Constituição Federal, o artigo dos povos indígenas referente à saúde, educação, demarcação dos territórios. E essa oficina é importante porque o povo Maraguá daqui da Terra Indígena Curupira/Paracuni está em um momento muito importante da história, que é o momento em que iniciou o processo de demarcação do seu território. O GT [Grupo Técnico] já esteve nesse território, já foram feitos os trabalhos antropológicos,



Fotos: Quêzia Martins/Cimi Regional Norte 1



já foram feitas as visitas nos marcos e já foram também identificados os limites dessa terra indígena. Então, é extremamente importante que os povos estejam cientes e conscientes dos seus direitos, porque somente dessa forma eles vão conseguir, junto ao Estado, reivindicar, lutar e cobrar a efetivação da demarcação dos seus territórios – e não só a demarcação, como também uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade e o que mais for necessário para o bem viver desses povos no seu território.”

O contexto é de avanço recente e fragilidade simultânea. Em novembro de 2025, durante a COP30, a Funai criou o Grupo de Trabalho para identificação e delimitação da Terra Indígena – primeiro passo oficial concreto após quase duas décadas de processo administrativo parado.

O povo Maraguá, que reúne mais de 560 pessoas em nove aldeias às margens dos rios Abacaxis, Paracuni e Curupira, acumula décadas de invasões, ameaças e violências enquanto aguardava o andamento do processo de demarcação. Agora, com o GT criado, a disputa entra em uma fase mais visível e, historicamente, mais propensa ao aumento das pressões sobre o território.

Território ameaçado

A demarcação da Terra Indígena Curupira /Paracuni foi justamente o tema central das discussões da oficina. As lideranças debateram os instrumentos legais que garantem a proteção territorial e os desafios enfrentados pelas aldeias. O diagnóstico é claro: a ausência de reconhecimento definitivo da terra favorece invasões e enfraquece a atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção do território.

Parte do território tradicionalmente ocupado pelo povo Maraguá coincide com áreas abrangidas pelos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs) Curupira e Abacaxis I e II. Segundo as lideranças, a sobreposição tem contribuído para o aumento das pressões sobre o território e para a ocorrência de práticas incompatíveis com a finalidade socioambiental dessas áreas, incluindo desmatamento, exploração madeireira e expansão da pecuária.





Mas as ameaças enfrentadas pelas comunidades vão muito além dos conflitos fundiários. Lideranças relatam o avanço da pesca predatória nos rios Curupira, Uraria e Paracuni, historicamente fundamentais para a alimentação e o modo de vida das aldeias, além da caça comercial ilegal de animais silvestres, do desmatamento e da extração irregular de madeira. Outro problema apontado é a expansão da criação extensiva de gado e búfalos em áreas próximas a rios, lagos e zonas úmidas, provocando degradação ambiental, impactos sobre a qualidade da água e prejuízos à reprodução de peixes e à disponibilidade de recursos naturais essenciais para as comunidades. Situações que antes eram percebidas como isoladas, passaram a ser identificadas em diferentes regiões do território, revelando um quadro amplo de pressão ambiental e territorial.

A assessoria jurídica do Cimi orientou as comunidades sobre a importância do monitoramento e da denúncia – com registro das violações junto à Funai, ao Ibama, à Polícia Federal, ao Ministério dos Povos Indígenas e demais instituições responsáveis pela proteção da TI Curupira/Paracuni. “Queremos fazer valer a Constituição Federal em seus artigos 231 e 232, que garantem o direito ao território e à cultura que estrutura a vida dos povos indígenas. Por isso, é fundamental que os indígenas conheçam as leis e os caminhos que garantem seus direitos”, afirmou o missionário Vanildo Pereira, SJ, assessor jurídico do Cimi Regional Norte 1.

Durante a oficina, os relatos das comunidades deram concretude aos fatos. Dona Nazaré, moradora da aldeia Iwaka, no rio Curupira, descreveu os prejuízos acumulados: “Nós tivemos muito prejuízo nos lagos, queimadas e derrubadas que fizeram os fazendeiros nos últimos anos. Isso afeta muito o modo de viver dos aldeados, e ninguém se esforçou para fazer uma fiscalização sobre tudo isso.”

O tuxaua Adelmo Seixas, da aldeia Mossorokanawa, foi mais direto ao relatar o que aconteceu depois que o processo demarcatório avançou: “Quando souberam dos processos da demarcação, os fazendeiros do local começaram a derrubar ainda mais e ameaçar os indígenas. Eu



mesmo já fui ameaçado por um fazendeiro que mora aqui. Depois da reunião do Grupo Técnico, ele veio ao porto da minha casa e me ameaçou.” O relato não é exceção, a aceleração das invasões e das ameaças após o início de processos demarcatórios é um fenômeno documentado em diferentes territórios do país.

Para as lideranças, a efetivação da demarcação é a principal bandeira de luta. Regularizar a terra significa garantir as práticas tradicionais, a proteção ambiental, a reprodução cultural e a transmissão dos conhecimentos ancestrais às futuras gerações.

Saúde e educação

Além da questão territorial, a oficina aprofundou temas que afetam diretamente o cotidiano das comunidades. Na área da saúde, os participantes identificaram obstáculos concretos: falta de embarcações para deslocamento,

carência de Agentes Indígenas de Saúde e limitações de infraestrutura. As discussões buscaram fortalecer o conhecimento sobre os mecanismos legais que garantem o direito à saúde indígena diferenciada – respeitando tradições e necessidades específicas de cada povo.

A educação também recebeu atenção especial. As lideranças apresentaram demandas que vão da construção de escolas nas aldeias à contratação de professores indígenas e à valorização do ensino bilíngue como instrumento de fortalecimento cultural. Estudantes indígenas relataram situações de preconceito e discriminação, além de dificuldades de inserção profissional. No caso da aldeia Mossorokanawa, foi destacada a necessidade urgente de uma escola própria, capaz de integrar os conhecimentos tradicionais às práticas educacionais formais – e de ensinar às crianças e jovens não apenas o que está nos livros, mas quem eles são.

Formação para a luta coletiva

Para os participantes, a oficina foi muito mais do que uma atividade de capacitação jurídica. Funcionou como espaço de fortalecimento político, de construção de unidade entre aldeias e de elaboração de estratégias conjuntas – o que, em um contexto de pressão crescente sobre o território, tem valor estratégico concreto.

“Esse puxirum de aprendizado foi muito importante para nós. Tudo o que aprendemos aqui poderá ser levado para os parentes que não puderam participar”, afirmou Luis Henrique, da aldeia Paracuni.

Elias Maraguá, do Lago Preto, sintetizou com precisão o que o encontro representou: “Estou muito feliz por este momento de estar aqui com os parentes, aprendendo sobre nossos direitos e também a política, que é importante para o nosso desenvolvimento dentro da aldeia. É como se o cidadão tivesse uma venda nos olhos e, de repente, o conhecimento chega e então a venda é retirada. E a gente passa a ver de forma diferente aquilo que a gente não via antes. Porque tudo é política. E para isso eu preciso aprender.”

A imagem da venda que cai dos olhos diz mais do que qualquer análise: conhecer os próprios direitos não é apenas formação – é ato de resistência.

adm.porantim@cimi.org.br



(61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**

Ass. dois anos: **R\$ 190**

América Latina: **US\$ 55**

Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul Brasília-DF – CEP: 70.393-902



Nos últimos quatro anos, a Amanayé foi a terra indígena com a maior área de exploração ilegal de madeira no Pará

Maio de mobilização indígena em Brasília expõe avanço da violência territorial e demora na garantia de direitos

Lideranças indígenas de diferentes regiões do país denunciaram invasões, ameaças, destruição ambiental e precariedade de políticas públicas, cobrando do Estado brasileiro demarcação, desintrusão e proteção permanente de seus territórios

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Ao longo do mês de maio, Brasília recebeu sucessivas delegações indígenas vindas de diferentes regiões do país. Lideranças do Acre, Amazonas, Pará, Goiás, Tocantins e Mato Grosso percorreram ministérios, órgãos federais e instituições públicas para denunciar violações de direitos e cobrar providências do Estado brasileiro. Embora representassem povos, territórios e realidades distintas, as delegações apresentaram um diagnóstico semelhante: a demora na garantia dos direitos territoriais tem aprofundado conflitos, ampliado a violência contra comunidades e lideranças, favorecido a destruição ambiental e comprometido o acesso a direitos básicos como saúde, educação, segurança alimentar e proteção social.

As denúncias revelam que a violação dos direitos territoriais indígenas não ocorre apenas nos territórios ainda sem demarcação. Em diferentes regiões do país, os povos enfrentam problemas que atravessam todas as etapas dos processos territoriais: há terras ainda sem reconhecimento oficial, territórios com processos administrativos paralisados, áreas homologadas aguardando desintrusão, decisões



Fotos: Adi Spezia/Cimi

judiciais não cumpridas e até terras regularizadas que continuam sofrendo invasões, exploração ilegal de recursos naturais e violência contra as comunidades.

Ao longo das incidências, as lideranças denunciaram invasões por fazendeiros, grilagem de terras, exploração ilegal de madeira, expansão do agro-negócio, garimpo, contaminação por agrotóxicos, destruição de áreas sagradas, ameaças de morte, tentativas de assassinato, presença do narcotráfico e dificuldades crescentes para manter seus modos de vida.





Fotos: Adi Spezia/Cimi



Indígenas de Goiás e Tocantins cobraram demarcação de terras e denunciaram violência e precariedade educacional em Brasília

“A gente vem de longe para cobrar a nossa necessidade, a demarcação da nossa terra, porque a gente sempre lutou pelo nosso povo. Deixei minha família longe para vir aqui pela minha comunidade, para cobrar que vocês tirem os brancos de lá, que estão invadindo nossas comunidades, entrando no igarapé, não deixam pegar água para beber, não respeitam nossa terra”, denuncia o cacique Aldo Napoleão Jaminawa, integrante da delegação formada por lideranças dos povos Jamamadi, Nukini, Huni Kuĩ, Jaminawa, Manchineri e Madijá, do Acre e sul do Amazonas. A liderança explicou que sofrem pressão constante de grupos ligados ao agronegócio e ao crime organizado e que espaços comunitários, casas e lavouras foram queimados como forma de retaliação à ocupação indígena em seus territórios tradicionais.

Com mapas abertos sobre a mesa, os caciques apontaram cada uma das comunidades onde há invasores, conflitos, áreas sendo desmatadas e rios sendo degradados, comprometendo o acesso e o trânsito dentro da própria terra indígena.

“O fazendeiro veio para nós e disse: ‘você não vai caçar mais, essa terra não é indígena’. Como é que é agora? Como vamos caçar, como vamos comer? Vamos morrer de fome?”, indaga o cacique Raimundo da Costa Kulina, do povo Madijá.

Representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que acompanham a delegação na capital federal, destacam que a região vem sofrendo aumento da pressão do agronegócio desde 2019, com a expansão da AMACRO – que envolve áreas do Acre, do sul do Amazonas e parte de Rondônia e foi criada para estimular a agropecuária.

O projeto está relacionado a uma série de problemas estruturais, sociais e ambientais e tem intensificado problemas históricos ligados à disputa por terra, como o uso dos recursos naturais, a expansão da fronteira agropecuária, o aumento do desmatamento, a abertura de ramais e as ocupações irregulares, principalmente sobre terras indígenas e de comunidades tradicionais.

“Estamos pedindo socorro. Nossas terras não são demarcadas e seguimos sofrendo ameaças, invasões e até incêndios criminosos”, afirmou o cacique Ninawa Huni Kuĩ durante reunião com o Ministério dos Povos Indígenas. “A gente não quer negociar nossos direitos, a gente quer nosso território de volta, tomado pelos invasores”, completou.

Reivindicações soam em uníssono: demarcação, desintrusão e proteção

Nas diferentes audiências realizadas durante o mês de maio, um tema apareceu de forma recorrente: a terra continua sendo o principal foco dos conflitos vividos pelos povos indígenas.

A pressão territorial foi denunciada pelas lideranças Amanayé, do Pará, que estiveram em Brasília para cobrar a desintrusão de seus territórios. Enquanto a população da reserva indígena Amanayé, decretada em 1945, aguarda há mais de 80 anos a regularização, a população da Terra Indígena (TI) Sarauá, homologada em 2011, foi retirada do território pela própria Funai há 21 anos e, até hoje, espera a possibilidade de retorno. Ambas sofrem com invasões e extração ilegal de madeira.

“Eles ameaçam que no dia que nós colocarmos o pé lá, eles nos matam”, relatou uma das lideranças, cuja identidade será preservada por questões de segurança. Ele tinha 32 anos quando deixou seu território, em 2005. Na época, por conta de um conflito que resultou na morte de um não indígena, a comunidade de pouco mais de 20 pessoas foi levada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) da TI Sarauá para a reserva Amanayé.

As lideranças relatam que os funcionários da Funai tomaram essa medida para a segurança dos indígenas, com a promessa de que em até dois anos eles poderiam voltar. Essa espera dura até os dias de hoje. “A minha filha já até casou na terra dos parentes”, conta outra liderança protegida pelo anonimato. Há mais de duas décadas fora do território tradicional, ele já passou quase metade da vida distante da terra onde nasceu.

Em 2018, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma Ação Civil Pública (ACP) para a retirada de ocupantes não indígenas do território. Em sentença proferida quatro anos depois, a Justiça Federal de Paragominas (PA) determinou a retirada integral dos ocupantes no prazo de 90 dias, mediante ação conjunta da Funai, das polícias Federal, Rodoviária Federal e Militar, e demais órgãos competentes. Mais uma vez, a decisão não foi cumprida.

Ao longo desses 21 anos, a TI Sarauá, que tem pouco mais de 18 mil hectares e está localizada no município de Ipixuna do Pará, ficou desprotegida, foi invadida por diversos posseiros e extremamente devastada. Em reunião na Funai, Ibama, Ministério dos Povos Indígenas e Ministério da Justiça, as lideranças também denunciaram a extração ilegal de madeira, a grilagem e a prática da pesca esportiva.

“Nós imploramos, nós queremos ir embora e nós viemos pedir ajuda”, enfatiza uma das lideranças, cujo filho já alcançou a maioridade e ainda não teve a oportunidade de conhecer seu território tradicional. A família vive “exilada” na reserva indígena Amanayé, no município de Goianésia do Pará, que por sua vez também sofre com a invasão e degradação ambiental.

Já em Tocantins e em Goiás, representantes de povos como Apinajé, Krahô-Kanela, Karajá, Javaé, Xerente, Áwa Canoeiro e Tapuia denunciaram invasões em áreas já reconhecidas e a destruição de espaços de profundo significado cultural e espiritual, além de cobrarem a demarcação das áreas ainda não regularizadas e o acesso a políticas públicas de seguridade social.

“Estamos com invasões até dentro das terras onde eram os nossos cemitérios. Foram tirados os ossos dos nossos antepassados, jogados no rio e feito um guarda-barco no lugar”, denunciou Mayalu Ratamaro, liderança Karajá.

A demora na conclusão dos processos de demarcação das terras tradicionais, segundo as lideranças, tem incentivado invasores a destruírem espaços sagrados, florestas e rios que banham os territórios. Por isso, “vimos a Brasília atrás dos nossos direitos e da nossa demarcação de terras. Temos três áreas”, explica Mayalu, ao se referir às Terras Indígenas Karajá I, Karajá II e Karajá III, duas delas localizadas em Goiás e outra no Mato Grosso.

A delegação denuncia ainda a atuação de grupos políticos da região, de empreendimentos turísticos, a presença de fazendas dentro das TIs e a exploração do território pelos invasores por meio da plantação de soja, da formação de



Fotos: Clara Comandoli/Cimi



Onze povos de sete regiões do estado do Mato Grosso realizaram reuniões e audiências com órgãos públicos em Brasília entre 11 e 15 de maio



Índigenas do Acre e Sul do Amazonas em audiências em Brasília

pastagens para o gado e do uso criminoso do fogo para expulsar os indígenas. Também denunciam a disseminação de fake news com o objetivo de desinformar a população do entorno e discriminar os povos indígenas.

As lideranças também cobram fiscalização contra o desmatamento ilegal e a dragagem de água dos rios Javaé e Formoso para irrigação de monoculturas, o que, segundo denunciam, tem dificultado o acesso das comunidades ao rio, à pesca e ao transporte.

Em Mato Grosso, representantes dos povos Kayabi, Manoki, Boe Bororo, Xavante, Apyãwa Tapirapé, Karajá, Yudja Juruna, Xatagaka, Kanela do Araguaia, Xerente e Krenak/Maxakali – habitantes do Pantanal, Cerrado e Amazônia – relataram que, mesmo em territórios homologados há décadas, a presença de invasores continua produzindo desmatamento, conflitos e insegurança. A demora na conclusão de processos demarcatórios também mantém comunidades vulneráveis ao avanço do agronegócio, do garimpo e da especulação fundiária.

“A gente ouve barulho de motosserra todos os dias”, conta Daniel, que também relatou a dificuldade enfrentada pela comunidade em cultivar seus alimentos tradicionais. Segundo o cacique, suas roças estão sendo afetadas pela deriva de agrotóxicos decorrente da pulverização aérea nas lavouras do entorno.

Em documento entregue aos órgãos e durante suas falas, as lideranças expressam a necessidade de uma atuação permanente do Estado na defesa dos territórios e das comunidades, sobretudo nas áreas onde é conhecida a existência de minério.

“Às vezes a gente desanima, porque vem várias vezes pedindo exatamente as mesmas coisas”, desabafa uma liderança do povo Kanela do Araguaia que preferiu não se identificar por questões de segurança. Acompanhada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a delegação afirmou que, há pelo menos quatro anos, o documento que trazem para realizar as incidências na capital federal é basicamente o mesmo.

Na TI Urubu Branco, lar do povo Apyãwa, denominado Tapirapé pelos não indígenas, essa proteção é feita pela própria comunidade. Organizados, os indígenas monitoram a

área com o apoio de imagens de satélite e drones, estratégia que tem sido fundamental para denunciar invasões e crimes ambientais. No fim de 2025, guardiões Apyãwa Tapirapé identificaram uma ação de exploração ilegal de madeira, interceptaram os invasores, destruíram os maquinários utilizados e os conduziram à delegacia. Ao assumirem uma função que deveria ser garantida pelo Estado, os indígenas se colocam em risco. A TI Urubu Branco também evidencia que a desintrusão, por si só, não é suficiente para assegurar a proteção do território.

Homologado desde 1998, o território nunca deixou de sofrer invasões. Segundo o cacique Elber Tapirapé, “a desintrusão da TI Urubu Branco aconteceu de fato uma vez, mas os invasores retornaram e outras pessoas que não têm nada a ver com o território também aproveitaram a carona e estão lá”.

Outra terra indígena homologada há décadas e que segue sofrendo com crimes ambientais é a TI Tadarimana, do povo Boe Bororo, localizada na região de Rondonópolis. Lideranças do território denunciaram, por meio de imagens, a devastação causada pela abertura de uma área destinada à construção de um condomínio. Fotografias registradas pela comunidade no intervalo de um ano evidenciam o avanço do empreendimento, que, segundo o relato de uma liderança, já concluiu a construção de uma ponte de acesso ao local.

Além dos territórios, diversas lideranças de Mato Grosso são ameaçadas e também demandam proteção estatal. Em reunião no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a delegação pediu a atuação da Força Nacional em seus territórios. “Lá tem áudio falando que vão contratar 20 pessoas para matar as lideranças. Vão esperar alguém morrer para chamar a Força Nacional?”, pergunta uma liderança que terá a sua identidade protegida.

Territórios invadidos, vidas ameaçadas

“Eu vou no rio com a minha comunidade e não é raro chegar lá e encontrar canoa furada de bala. É claro que isso é para nos intimidar, mas a gente se acostuma a lidar com esse tipo de intimidação porque as crianças e

os idosos precisam de peixe para comer”, relata o cacique Vilmar Kanela, da aldeia Tapiracá, no município de Santa Terezinha. “Uma hora eles não vão atirar nem na canoa e nem na árvore, porque o recado está dado”, conclui.

Em agenda no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), algumas lideranças solicitaram sua inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH). Atualmente, 521 indígenas estão no programa de proteção, pouco mais de um terço das 1.552 pessoas sob proteção. “A gente não quer ser mais uma liderança morta”, relata líder Karajá da TI Lago Grande, que também vem sendo ameaçado e por isso será mantido em anonimato.

Essas situações são agravadas em territórios invadidos pelo narcotráfico. O último Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, elaborado pelo Cimi com dados de 2024, identificou a existência do tráfico de drogas ou a presença de narcotraficantes em pelo menos três TIs. No entanto, denúncias apresentadas por diferentes delegações indígenas que têm vindo a Brasília com apoio do Cimi indicam que esse cenário já se expandiu para outros territórios.

A vulnerabilidade social é um fator que favorece o estabelecimento do narcotráfico. Portanto, além da conclusão dos processos demarcatórios e proteção territorial permanente, os e as indígenas de Mato Grosso também propõem e solicitam acesso a políticas públicas estruturantes que possam garantir melhor qualidade de vida para suas comunidades.

Sem território protegido, direitos não chegam

Embora a proteção territorial tenha aparecido como reivindicação central em todas as delegações que percorreram a Capital Federal no mês de maio, as lideranças também defenderam políticas públicas capazes de garantir condições dignas de permanência nos territórios. Em documento entregue a diferentes órgãos federais, indígenas de Mato Grosso solicitaram a criação de uma política pública de desenvolvimento sustentável voltada aos povos indígenas, construída com participação direta das comunidades e respeitando seus modos próprios de organização social, econômica e territorial.

A proposta prevê ações de apoio à produção agrícola, à comercialização de produtos não madeireiros e à assistência técnica voltada ao fortalecimento de cadeias produtivas, com o objetivo de garantir segurança alimentar, autonomia econômica e geração de renda nos territórios indígenas.

As reivindicações por políticas públicas também apareceram com força nas agendas das lideranças de Goiás e Tocantins. Além das demandas territoriais, a delegação apresentou cobranças relacionadas à educação escolar indígena e à permanência de estudantes indígenas no ensino superior. Segundo os povos, a precariedade da infraestrutura escolar e a insuficiência das políticas de permanência comprometem o acesso a um direito garantido constitucionalmente.

Dihoki Javaé relata que há “muitas aldeias que precisam de construção mesmo, do zero. Porque estão em situação precária, com banheiro sem porta, pisos quebrados, ou porque precisam ser ampliadas, ou porque simplesmente não têm escola mesmo”.

A estrutura precária e defasada também foi relatada por outras lideranças, que apontaram dificuldades relacionadas à manutenção das escolas, falta de ventiladores, mobiliário inadequado, ausência de internet e risco estrutural em algumas unidades escolares. As lideranças cobraram maior acompanhamento do poder público e mais presença institucional nas comunidades.

Para os indígenas, superar os desafios da educação escolar indígena básica é apenas uma das etapas. O acesso e a permanência de estudantes indígenas nas instituições de ensino superior representam outra barreira enfrentada.

“Todo ano a nossa aldeia manda muitos estudantes para a universidade, para a UFG [Universidade Federal de Goiás]. Este ano teve gente indo para a UnB [Universidade de Brasília] também, e muitos estudantes estão desistindo do curso porque não conseguem se manter. É uma questão financeira mesmo, porque o valor da bolsa não está sendo suficiente”, denuncia Nelma Raredique, da Terra Indígena Karajá de Aruanã I (GO), que precisou trancar o curso por não conseguir arcar com o conjunto de despesas que representa morar fora da aldeia.

Indígenas sem território

Pelo menos cinco povos de Mato Grosso encontram-se sem acesso à terra. É o caso dos Xerente, Kanela, Arara, Xatagaka e Guaraní. Parte da população Guaraní do estado, por exemplo, foi expulsa de seu território na década de 1980 e hoje vive dispersa em áreas urbanas. Como alternativa para enfrentar situações como essas, as lideranças reivindicam a transferência de áreas públicas para a posse e usufruto dos povos indígenas. É o caso dos Xerente, que reivindicam uma área localizada dentro do Parque Estadual do Araguaia.

Recentemente, o governo federal criou uma nova regra que pode abrir caminho para reivindicações desse tipo. Em 6 de maio, o MPI e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) assinaram a Portaria Conjunta MGI/MPI nº 14, que regulamenta a transferência da gestão patrimonial de terras da União destinadas à posse e ao usufruto de comunidades indígenas.

A delegação mato-grossense também falou em nome dos povos indígenas em situação de isolamento voluntário. Segundo a Equipe de Apoio aos Povos Livres (Eapil) do Cimi, há 119 registros da presença de indígenas isolados em toda a Amazônia Legal. A Funai reconhece 114 destes registros, mas considera apenas 28 como “confirmados”.

Lideranças da delegação afirmam haver informações sobre ao menos 15 desses povos em Mato Grosso. As lideranças e membros do Cimi reivindicam a interdição e a vigilância dos territórios onde há presença dessas populações, para evitar que sejam dizimadas sem que sequer se saiba de sua existência.

Direito violado desde o nascimento

Outra denúncia recorrente entre os indígenas de Mato Grosso é o desrespeito enfrentado em cartórios do estado, que se recusam ou dificultam o registro do nome indígena e o reconhecimento da autodeclaração étnica. O cacique Vicente, do povo Krenak/Maxakali, relata que chegou a ter atendimento médico negado por não constar como indígena em sua documentação civil. Após muita luta, conseguiu

alterar o registro, mas suas irmãs ainda seguem reivindicando o reconhecimento.

Krenak e Maxakali são dois povos originários de regiões que compreendem o atual estado de Minas Gerais. No entanto, em decorrência de um histórico de violências e deslocamentos forçados, grupos desses povos migraram para Mato Grosso e passaram a viver conjuntamente, formando uma população onde as duas identidades étnicas se misturaram. Essa configuração pode ser um dos motivos para a recusa dos cartórios em realizar o registro. A legislação brasileira e tratados internacionais, contudo, estabelecem que o reconhecimento étnico deve ser realizado pelas próprias comunidades indígenas, não pelo Estado.

Para tanto, basta a autodeclaração da pessoa indígena e a validação da própria comunidade, comprovada mediante uma

declaração assinada por outras lideranças. No entanto, segundo relatos, mesmo atendendo a essas exigências, alguns cartórios do estado seguem negando o registro, em descumprimento à legislação criada justamente para facilitar e desburocratizar esse processo.

“Nós ainda estamos num processo de apagamento da identidade indígena. Até os dias de hoje”, comenta o cacique Dapoto’wa Ra Tsrebabari Barôla Xavante Xatagaka, que enfrenta a mesma situação.

Relatos feitos durante reunião no MDH também revelaram dificuldades enfrentadas para registrar o nome indígena de crianças recém-nascidas, embora esse direito esteja respaldado desde dezembro de 2024, com a publicação da Resolução Conjunta nº 12/2024, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.



MIRTHES VERSIANI DOS ANJOS, UM ANJO NAS ALDEIAS

Em 1978, quando um surto de catapora assolou os Apyãwa Tapirapé, Mirthes, atendeu a um pedido de apoio feito pelas Irmãzinhas de Jesus. Em 1980, voltou à aldeia onde ficou até 1988 e foi “uma benção imensa”, nas palavras das Irmãzinhas.

Mirthes atuou enquanto missionária do Cimi na Prelazia de São Félix do Araguaia junto aos povos indígena Tapirapé e Karajá. Em 1988, foi para Cuiabá e, junto com a Coordenação Regional do Cimi, promoveu a formação de agentes indígenas de saúde com visitas nas comunidades e encontros regionais de formação em saúde indígena. Representou o CIMI na Comissão Nacional de Saúde Indígena onde se elaborou a Política Nacional de Saúde Indígena e se planejou as Conferências Nacionais de Saúde Indígena. O legado desse trabalho se concretizou em novas perspectivas de atuação dos Agentes Indígenas de Saúde, enquanto protagonistas junto a seus próprios povos.

Hoje Mirthes nos deixou para ir morar na Casa do Pai. Os sonhos pelos quais ela lutou hoje continuam sendo os nossos Sonhos. Tia Mirthes, como era carinhosamente chamada por nós no CIMI, gratidão por sua doação à causa indígena!

Tia Mirthes, Presente, Presente, Presente!

CIMI Regional MT, em 31 de maio de 2026.



Em Brumadinho, povo Kamakã Mongoió transforma plantio em expressão concreta de resistência

Em território marcado pela tragédia da mineração, ação reafirma os saberes ancestrais como caminho de reconstrução, cuidado com a terra e defesa da vida

Por **Caio Silva**, do Cimi Regional Leste e
Hellen Loures, da assessoria de Comunicação do Cimi

Unindo recuperação ambiental, fortalecimento comunitário e valorização dos saberes ancestrais, o povo Kamakã Mongoió realizou um mutirão de limpeza e plantio em seu território, na retomada do Vale do Córrego das Areias, em Brumadinho (MG), em comemoração ao Dia dos Povos Indígenas. A atividade, realizada em uma região profundamente marcada pelo rompimento da barragem da Vale, reafirmou o compromisso indígena com o cuidado da terra e a reconstrução da vida no território.

Em 25 de janeiro de 2019, a barragem B1, da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, se rompeu. A lama matou 272 pessoas e atingiu toda a bacia do Rio Paraopeba. Pesquisas mostram índices elevadíssimos de metais como ferro, alumínio e manganês nas águas superficiais e subterrâneas da região até hoje. Para as comunidades indígenas, a Vale matou uma divindade – Txopai, o Rio. Para um crime dessa natureza, não há reparação possível.

O território onde o mutirão aconteceu chegou ao povo Kamakã Mongoió por retomada. Com o rompimento da barragem da Vale, o povo que até então vivia naquela região se espalhou pelas cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, sem moradia, sem acesso às políticas públicas e sem perspectiva de retorno. Em outubro de 2021, liderados pelo cacique Merong, o povo Kamakã Mongoió retomou uma área no Córrego das Areias, em Brumadinho – vizinha ao Córrego do Feijão, onde a barragem havia se rompido. Já em posse das comunidades, essa área foi comprada pela mineradora que, ao transformá-las em áreas de compensação ambiental, impediu sua regularização como territórios indígenas e impetrou ação de reintegração de posse contra a ocupação feita pela comunidade.



Cacique Merong Kamakã

E em março de 2024, o cacique Merong Kamakã Mongoió foi encontrado morto em sua casa no território naquela região marcada por denúncias de perseguições de policiais e de seguranças da mineradora, que ele próprio registrava nas redes sociais. Na época, a comunidade foi impedida de enterrar Merong, uma de suas principais lideranças, no território por eles reivindicado, terra que ele ajudou a retomar. Passados dois anos, as circunstâncias da morte ainda são contestadas e o caso continua sob investigação da Polícia Federal.

Em janeiro de 2025, ao completar seis anos do rompimento da barragem, e em reação às violações que vinha enfrentando, o povo Kamakã Mongoió lançou

seu protocolo de consulta livre, prévia e informada – documento que estabelece como empresas e órgãos públicos devem se relacionar com o território antes de qualquer empreendimento. É a resposta indígena à lógica que gerou o desastre: enquanto a mineradora age sem consultar, os povos constroem instrumentos para serem ouvidos.

Em março deste ano, a disputa judicial teve um desfecho. A Justiça Federal em Minas Gerais homologou o acordo entre a Vale e a comunidade na ação de reintegração de posse aberta após a ocupação de 2021. Pelo termo firmado – construído com a participação da Funai, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União –, a empresa se compromete a doar 20 hectares da área à União, para que a comunidade Kamakã Mongoió possa permanecer e ocupar o território.

Plantar nessa terra, portanto, não é gesto simbólico. O mutirão é a afirmação de permanência num chão que o capital tenta, sistematicamente, esvaziar.

O Dia de Resistência

O Dia de Resistência dos Povos Indígenas ganha uma dimensão ainda mais profunda quando deixa de ser apenas memória e se torna prática viva no território. Foi exatamente isso que se concretizou no mutirão de limpeza e plantio realizado no território do povo Kamakã Mongoió, em Brumadinho – um chão atravessado pela dor do rompimento da barragem, mas também marcado pela coragem de reerguer a vida a partir das próprias raízes.

Com o tema “Saberes ancestrais e sustentabilidade”, o mutirão não foi apenas uma atividade coletiva, mas um verdadeiro ritual de reconexão. Ali, cada gesto simples carregava um significado profundo: limpar a terra não era apenas retirar resíduos, mas abrir caminhos para que a vida pudesse respirar novamente; plantar mudas não era apenas um ato ecológico, mas um compromisso espiritual



Fotos: Caio Silva/Cimi Regional Leste

com o futuro, um gesto de fé na regeneração do território.

Em um espaço historicamente ferido pela exploração e pelo descaso, o cuidado com a natureza se revelou como um ato político e sagrado. Os povos indígenas, ao longo do tempo, têm sustentado uma relação com a terra baseada no respeito, na reciprocidade e na escuta. Essa relação se expressa no entendimento de que a natureza não é um recurso a ser explorado, mas um organismo vivo, do qual fazemos parte. No mutirão, esse princípio se materializou no cuidado com a biodiversidade, no respeito aos ciclos naturais e na valorização dos saberes transmitidos pelos ancestrais.

Esse modelo de relação com a terra tem resultados mensuráveis. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), obtidos a partir da análise das trajetórias de uso da terra entre 1985 e 2018, mostram que territórios indígenas demarcados têm taxas de desmatamento até dez vezes menores do que áreas não protegidas adjacentes – reforçando seu papel como barreiras contra o desmatamento e a urgência de políticas públicas de proteção a esses territórios. No caso de Minas Gerais, onde a pressão minerária é histórica e o passivo ambiental do rompimento de Brumadinho ainda não foi integralmente reparado, a área da retomada Kamakã Mongoió abriga ecossistema de rica biodiversidade e inúmeras nascentes. A presença indígena no território representa, portanto, também uma barreira concreta contra novos processos de degradação.

A terra de Brumadinho, marcada pela devastação, torna-se também símbolo de resistência e de reconstrução. O que antes foi cenário de morte e destruição, hoje se transforma, pouco a pouco, em espaço de esperança. E essa transformação não vem de grandes estruturas externas, mas da força coletiva, da união de mãos e da sabedoria ancestral que ensina a regenerar sem violentar, a cultivar sem destruir.

O território onde ocorreu a atividade está inserido em



uma região que ainda convive com os impactos sociais, ambientais e humanos do rompimento da barragem. A Retomada Kamakã Mongoió é resistência em meio a um território minerado, atingido pelo maior desastre de trabalho do Brasil e um dos maiores crimes ambientais corporativos do mundo. E mesmo após este crime, ocorrido em janeiro de 2019, a empresa continua impondo a sua presença econômica e política na cidade, moldando o território segundo a lógica da extração – retirar, exportar, acumular.

Ressignificar a dor

A presença dos povos indígenas naquele chão ressignifica essa dor. Com seus rituais, seu cuidado e sua espiritualidade, o solo deixa de ser apenas espaço de morte e volta a ser território vivo. As vidas que ali foram perdidas não são esquecidas: são, de algum modo, semeadas na terra. E, na força simbólica e concreta do plantio, transformam-se em vida que renasce, em árvores que crescem, em futuro que insiste em brotar.

Os povos indígenas seguem sendo guardiões não apenas de seus territórios, mas de uma visão de mundo essencial para o equilíbrio do planeta. Mesmo diante de tantas forças contrárias – invasões, políticas de apagamento e interesses econômicos predatórios – os povos permanecem firmes, defendendo suas terras e reafirmando suas existências. No caso do povo Kamakã Mongoió, essa defesa se expressa também na reconstrução: plantar, cuidar, retomar e celebrar a vida são formas concretas de resistência.

O mutirão, portanto, vai além de uma ação pontual. Ele se torna um chamado coletivo à responsabilidade. Um convite a reaprender com os povos indígenas outras formas de viver e se relacionar com o mundo. Um lembrete de que sustentabilidade não é apenas um conceito técnico, mas um modo de vida que envolve respeito ao cosmo, equilíbrio nas relações e compromisso com as gerações futuras.

Ao participar de um momento como esse, somos provocados a refletir sobre nosso próprio lugar no mundo. Que tipo de relação estamos construindo com a terra? Estamos contribuindo para a vida ou para a destruição? Os saberes ancestrais, presentes naquele território, apontam caminhos possíveis: viver com mais simplicidade, mais consciência e mais conexão.

Em um cenário de avanço da mineração, das mudanças climáticas e da pressão sobre os territórios indígenas, experiências como a vivida em Brumadinho demonstram que a defesa da terra também passa pela recuperação dos espaços degradados e pelo fortalecimento dos conhecimentos tradicionais.

Assim, o mutirão no território Kamakã Mongoió se inscreve como um marco de resistência, mas também de esperança. Ele nos ensina que, mesmo diante da devastação, a vida pode ser replantada. Que, mesmo em meio à lama, é possível fazer brotar futuro. E que a luta dos povos indígenas não é apenas pela sua sobrevivência, mas pela continuidade da vida em sua plenitude.

Hoje, a área abriga diversas famílias que, com muito trabalho coletivo, transformaram um território minerado e abandonado em espaço de moradia e de cultivo – frutas, hortaliças, ervas, milho, feijão –, preservando ao mesmo tempo matas, animais e nascentes. Além da produção de alimentos, as famílias seguem construindo casas em mutirão e erguendo espaços pedagógicos dedicados à transmissão dos saberes ancestrais. A recente homologação do acordo que garante a permanência da comunidade na terra é um passo importante – mas a luta pela demarcação definitiva desse território continua sendo o horizonte que orienta cada plantio, cada casa erguida, cada criança que aprende ali quem é seu povo.

Defender os povos indígenas, seus territórios e seus modos de vida é, hoje, uma das tarefas mais urgentes para quem acredita em um mundo mais justo, equilibrado e sustentável. Porque onde há território indígena protegido, há floresta em pé, há água viva, há diversidade pulsando. E, sobretudo, há um horizonte possível de reconciliação entre humanidade e natureza – algo que o mutirão, com toda sua força simbólica e prática, nos fez experimentar de forma concreta e transformadora.



DUAS DECISÕES, UM MESMO CONTEXTO HISTÓRICO

Tribunais reconhecem violações contra os Tupinambá

TRF1 e TRF3 condenam a União por tortura e a Rede Bandeirantes por acusações falsas contra o cacique Babau, em casos ligados aos conflitos pela Terra Indígena Tupinambá de Olivença

Por **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Dezessete anos depois de uma operação policial marcada por tortura contra indígenas e doze anos após uma reportagem televisiva que associou uma liderança Tupinambá a crimes que jamais lhe foram atribuídos, a Justiça Federal começou a reconhecer parte das violações denunciadas há anos pelo povo Tupinambá da Serra do Padeiro, no sul da Bahia

Em duas decisões proferidas em 2026, tribunais federais condenaram a União e a Rede Bandeirantes por danos causados a indígenas Tupinambá em episódios distintos, mas que nasceram de um mesmo contexto histórico: os conflitos em torno da demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e a criminalização que acompanhou a luta territorial ao longo das últimas décadas.

Em maio, a 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) reconheceu o uso excessivo da força policial durante uma operação realizada na Fazenda Santa Rosa em 2009 e determinou o pagamento de indenizações a cinco indígenas vítimas da ação policial e à Comunidade Indígena Tupinambá da Serra do Padeiro. Poucos meses antes, em fevereiro, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) condenou a Rede Bandeirantes por reportagens exibidas em 2014 que atribuíram falsamente crimes ao cacique Babau.

Separados por anos e por naturezas distintas, os dois casos revelam um aspecto comum da trajetória recente dos Tupinambá: a violência física e a violência simbólica caminharam lado a lado durante o período mais intenso da disputa pelo reconhecimento de seu território tradicional. “Ambos os contextos que geraram as ações se deram no âmbito da luta pela terra do povo, das retomadas, da resistência e do enfrentamento que o povo fez para retornar às suas terras de ocupação tradicional”, afirma o advogado do Cimi Rafael Modesto dos Santos, que acompanhou as duas ações.

O avanço das retomadas e a reação contra os Tupinambá

A história recente dos Tupinambá de Olivença está profundamente ligada ao processo de retomada de áreas reivindicadas como parte de seu território tradicional. Ao longo dos anos 2000, comunidades indígenas passaram a reocupar fazendas localizadas dentro da área identificada por estudos antropológicos como de ocupação tradicional Tupinambá – movimento que ocorreu em meio à demora do Estado brasileiro em concluir o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, localizada nos municípios de Ilhéus, Buerarema e Una.

Em 2009, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) publicou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, reconhecendo cerca de 47 mil hectares como território tradicional do povo. Embora o estudo tenha representado um marco no processo demarcatório, a Portaria Declaratória só seria publicada em novembro de 2025.

As retomadas provocaram forte reação de setores ruralistas e desencadearam uma escalada de conflitos na região. Lideranças indígenas passaram a ser alvo frequente



Cacique Babau Tupinambá, do sul da Bahia, durante audiência pública, em março de 2025, sobre demarcação de terras indígenas na Bahia



Em Brasília no mês de março de 2026, delegação Pataxó e Tupinambá denunciou violência e perseguição contra povo Pataxó a órgãos nacionais e internacionais

de ações policiais, campanhas de desinformação, acusações criminais e intensa exposição na imprensa regional e nacional. Nesse contexto, o cacique Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido como Babau, tornou-se uma das principais referências da luta Tupinambá e alvo recorrente de acusações e processos relacionados aos conflitos fundiários na região. As duas decisões judiciais proferidas neste ano revisitam justamente esse período.

A operação na Fazenda Santa Rosa

Um dos casos teve origem em uma operação realizada em 2 de junho de 2009 na Fazenda Santa Rosa, área retomada pelos Tupinambá da Serra do Padeiro dentro do território reivindicado pela comunidade. Na época, organizações de direitos humanos e lideranças indígenas denunciaram uma ação marcada por violência, destruição de pertences e maus-tratos contra os ocupantes da área.

A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público Federal, e a comunidade indígena pediu habilitação e foi admitida como assistente – passando a atuar como parte no processo. No primeiro grau, o juiz rejeitou a ação por entender que o MPF não tinha legitimidade para propô-la. “Indeferiu o pedido. Nós apelamos para o tribunal, tanto nós quanto o Ministério Público Federal”, relata Rafael Modesto.

No segundo grau, o colegiado reverteu a decisão. E o que os laudos revelaram foi mais grave do que o registrado nos documentos iniciais: cinco indígenas – Ailza Silva Barbosa, Alzenar Oliveira da Silva, Carmerindo Batista da Silva, José Otávio Freitas Filho e Osmário de Oliveira Barbosa – foram detidos, algemados e submetidos a tortura física e psicológica. Segundo o advogado, os agentes aplicaram choques elétricos na genitália e debaixo dos braços das vítimas, desferiam chutes e ainda submeteram os indígenas a tortura psicológica. “Obrigaram os indígenas a cantar os seus cantos tradicionais enquanto estavam algemados e presos”, descreve Rafael Modesto.

A prova técnica produzida pela própria Polícia Federal foi determinante para a condenação. Um laudo de reprodução simulada atestou que a pistola Taser M26 registrou disparos contínuos por mais de quatro minutos – tempo muito superior aos 15 a 20 segundos que o próprio equipamento exige para imobilização. Os exames de corpo de delito confirmaram lesões compatíveis com instrumentos contundentes e armas de choque em diversas regiões do corpo.

O tribunal fixou indenização de R\$ 30 mil para cada uma das cinco vítimas e R\$ 150 mil de dano moral coletivo em favor da comunidade – reconhecendo que a violência não atingiu apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas repercutiu sobre toda a coletividade ao afetar sua identidade, sua autoestima e seu sentimento de segurança.

Foto: Clara Comandoli/Cimi



Em Brasília no mês de março de 2026, lideranças Pataxó e Tupinambá denunciaram violência e perseguição a representantes do Alto Comissariado da ONU

A criminalização e a disputa de narrativas

Se a decisão do TRF1 trata da violência sobre os corpos, a condenação da Rede Bandeirantes aborda outra dimensão do mesmo conflito: a disputa pelas narrativas.

O processo teve origem em duas reportagens exibidas pelo Jornal da Band nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2014, que abordavam os conflitos fundiários entre indígenas e produtores rurais no sul da Bahia. Durante a cobertura, o jornalista afirmou que o cacique Babau respondia a processos que incluíam o crime de estupro e o apresentou como foragido da Justiça. Nenhuma das duas afirmações tinha respaldo factual.

A ação foi proposta na Justiça Federal de São Paulo, onde está sediada a emissora, e não na Bahia, onde ocorreram os fatos. Segundo Rafael Modesto – que atuou ao lado das advogadas Michael Mary Nolan e Caroline Dias Hilgert – a estratégia buscava garantir maior distanciamento em relação ao ambiente de conflitos que envolvia a disputa territorial na região.

O juiz de primeiro grau em São Paulo rejeitou o pedido. A reversão veio apenas no segundo grau, quando o TRF3 concluiu que não havia notícia da imputação do crime de estupro ao cacique e que a afirmação de que Babau estaria foragido era incompatível com o fato de ele estar inserido no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – condição que implicava acompanhamento institucional permanente de seus deslocamentos. Para o tribunal, a emissora ultrapassou os limites da liberdade de imprensa ao divulgar acusações sem verificação.

A condenação de R\$ 30 mil a Babau já transitou em julgado – o valor, corrigido com juros desde a citação, será superior ao fixado originalmente. Quanto ao pedido de dano moral coletivo em favor da comunidade, negado pelo TRF3, a defesa recorreu ao Superior Tribunal de Justiça. O processo segue em curso.

O acórdão registra ainda que a cobertura do caso pela emissora adotou exclusivamente a perspectiva dos produtores rurais e não apresentou o ponto de vista indígena sobre a disputa territorial. Para Rafael Modesto, esse é o cerne do caso: “Foi uma forma de intimidar o povo, de jogar a sociedade contra os Tupinambá da Serra do Padeiro, que faziam retomadas naquele período.”

Duas formas de violência, um mesmo padrão

Os dois processos, embora diferentes entre si, constroem juntos um retrato do que foi a criminalização dos Tupinambá durante um dos períodos mais intensos de sua luta territorial. Em um, a Justiça reconheceu que agentes do Estado torturaram indígenas durante uma operação policial. No outro, concluiu que uma emissora de televisão divulgou acusações falsas contra uma de suas principais lideranças.

A criminalização dos povos indígenas não ocorre apenas por meio de processos judiciais ou ações policiais diretas. Ao longo dos conflitos no sul da Bahia, lideranças Tupinambá foram frequentemente retratadas como invasoras, violentas ou criminosas – e acusações ganharam repercussão

pública antes mesmo de qualquer comprovação. Enquanto a violência física atua diretamente sobre os corpos, a criminalização pública produz efeitos mais difusos, mas igualmente profundos: legitima preconceitos, justifica ações repressivas e enfraquece a legitimidade das reivindicações indígenas perante a sociedade.

As duas decisões não eliminam esses impactos acumulados. Tampouco encerram as disputas em torno do território Tupinambá.

Justiça tardia em um conflito ainda aberto

As condenações chegam em um momento relevante da trajetória do povo Tupinambá. Em 17 de novembro de 2025, durante a COP30, o ministro da Justiça Ricardo Lewandowski assinou a Portaria Declaratória da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, reconhecendo oficialmente a ocupação tradicional indígena sobre 47.374 hectares nos municípios de Ilhéus, Buerarema e Una. A medida havia sido anunciada meses antes, durante a cerimônia de devolução do Manto dos Tupinambá – artefato que permaneceu por cerca de 300 anos em um museu da Dinamarca. A publicação da portaria ocorreu dezesseis anos após a divulgação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da terra indígena, período marcado por disputas judiciais, retomadas territoriais, operações policiais e intensa contestação à demarcação.

O avanço, entretanto, não significou o fim dos conflitos. Em março deste ano, lideranças Tupinambá estiveram em Brasília ao lado de representantes do povo Pataxó para denunciar ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos situações de perseguição, ameaças e criminalização de lideranças no sul e extremo sul da Bahia. Os indígenas relataram monitoramento constante, ações policiais consideradas arbitrárias e um ambiente de insegurança que afeta a vida cotidiana das comunidades.

As denúncias reforçam que, embora a luta territorial tenha registrado avanços administrativos, os impactos produzidos por décadas de conflitos continuam presentes. A violência associada à disputa pela terra não pertence apenas ao passado retratado nos processos julgados pelos tribunais federais.

Nesse contexto, as decisões sobre a operação da Fazenda Santa Rosa e sobre as reportagens que atingiram o cacique Babau adquirem um significado que ultrapassa os valores das indenizações. Mais do que reparações individuais, elas representam o reconhecimento institucional de que a tortura, a violência policial e a criminalização pública fizeram parte de um mesmo processo histórico – e de que a luta Tupinambá pelo território foi respondida, simultaneamente, com força e com mentira.

Foto: Clara Comandoli/Cimi



Manifestação Pataxó e Tupinambá, em março de 2026, contra a criminalização de lideranças Pataxó em frente à sede da PGR, em Brasília

Rede de solidariedade: a importância das alianças globais na defesa dos territórios

Para a teóloga Regina Reinart, da Misereor, o apoio internacional à causa indígena no Brasil vai além da solidariedade – é uma disputa concreta contra cadeias econômicas que destroem territórios e vidas

Por **Hellen Loures**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Em diferentes regiões do mundo, povos indígenas enfrentam pressões semelhantes sobre seus territórios – conflitos fundiários, violência contra lideranças e avanço de atividades econômicas predatórias. Diante desse cenário, iniciativas de redes de cooperação internacional buscam fortalecer redes de solidariedade, dar visibilidade às violações de direitos e apoiar processos de resistência construídos pelas próprias comunidades. Essa atuação vai desde a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos até o fortalecimento de iniciativas locais voltadas à agroecologia, à comunicação e à incidência política.

Uma dessas redes é a Misereor, organização da Igreja Católica alemã fundada em 1958, que atua em dezenas de países com foco no enfrentamento das desigualdades e no fortalecimento da sociedade civil. No Brasil, onde coopera com mais de uma centena de iniciativas conduzidas por organizações e movimentos sociais, a Misereor é parceira histórica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na defesa dos povos da floresta. Em entrevista ao Porantim, a teóloga Regina Reinart, responsável pelos projetos da entidade no país desde 2013, fala sobre o papel da cooperação internacional, os desafios enfrentados pelos povos indígenas e a importância das alianças globais na defesa de seus territórios.

Porantim: A Misereor acompanha iniciativas em defesa dos povos indígenas no Brasil há décadas. Qual é hoje o papel da cooperação internacional no fortalecimento dessas lutas?

Para a Misereor, a cooperação internacional segue sendo decisiva para fortalecer as lutas dos povos indígenas no Brasil porque amplia visibilidade, gera proteção política e ajuda a sustentar processos de longo prazo. Em parceria com o Cimi, contribuimos para a incidência em espaços decisivos, para o intercâmbio entre povos e organizações e para que violações de direitos sejam monitoradas e denunciadas com mais rapidez. Além disso, o apoio internacional pode favorecer a autonomia das organizações indígenas e de seus aliados, garantindo recursos, formação e redes de solidariedade que resistem a mudanças de governo e a ciclos de crise.

Porantim: Que tipos de iniciativas têm se mostrado mais efetivas para apoiar a resistência dos povos indígenas nos territórios?

Do ponto de vista da Misereor, as iniciativas mais importantes são aquelas que combinam apoio jurídico, fortalecimento organizativo e proteção territorial. Por meio do nosso trabalho com parceiros, isso inclui apoiar a demarcação e a defesa dos territórios, a formação de lideranças e comunicadoras e comunicadores indígenas, a proteção de defensoras e defensores de direitos e o acompanhamento de casos de violência e criminalização. Também são fundamentais ações de comunicação e incidência política que valorizem a voz



Seu Tito e dona Miguela, anciões da aldeia Guarani e Kaiowá da TI Guyraroká, Regina Reinart e integrantes da comitiva alemã reunidos durante visita a Mato Grosso do Sul, realizada para conhecer desafios enfrentados pelo povo na defesa de seus territórios e de sua liberdade religiosa

indígena, bem como o apoio a alternativas econômicas sustentáveis e à gestão territorial e ambiental conduzida pelos próprios povos. Muitos dos nossos projetos têm uma dimensão na área de comunicação – e os resultados são fortes, criativos e efetivos.

Porantim: A luta dos povos indígenas no Brasil repercute cada vez mais no cenário internacional. Como essa pauta é percebida fora do país?

A Misereor observa que, fora do Brasil, a pauta indígena é percebida cada vez mais como central para a proteção da Amazônia e de outros biomas. No Brasil temos sete biomas – Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa –, todos com presença de povos indígenas. O que está na pauta é a defesa da democracia e dos direitos humanos, da terra, da água. Ao mesmo tempo, há um reconhecimento crescente e bem claro de que os povos indígenas são os protagonistas – como sempre foram. São, sim, vítimas de violações, mas são fortemente sujeitos políticos, com propostas concretas para enfrentar a crise climática.

Em vários espaços internacionais, a preocupação da Misereor em relação aos povos indígenas e aos territórios recai sobre os efeitos negativos de cadeias econômicas como a mineração, o agronegócio e os grandes projetos de infraestrutura. Os impactos sobre os territórios são graves – tanto no contexto climático quanto nas áreas de saúde e cultura. A Misereor se esforça, junto com o Cimi e outras organizações, para dar visibilidade a essas situações e apresentar as demandas dos povos. Reforçamos a importância de mecanismos de responsabilidade, devida diligência e transparência por parte dos agentes econômicos e dos Estados.

Porantim: Que lições a experiência com os povos indígenas no Brasil traz para o debate global sobre meio ambiente e direitos humanos?

Para a Misereor, a experiência dos povos indígenas no Brasil evidencia que não há solução ambiental duradoura sem direitos territoriais garantidos e sem participação efetiva dos povos nas decisões. Ela também mostra que os conhecimentos tradicionais e a gestão indígena do território são estratégias comprovadas de conservação, com resultados concretos na contenção do desmatamento e na proteção das águas e da biodiversidade. Por fim, reforça a convicção de

que justiça climática e direitos humanos são inseparáveis: combater a destruição ambiental exige enfrentar o racismo, a violência e as desigualdades estruturais.

Porantim: Na sua avaliação, quais caminhos precisam ser fortalecidos para garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas nos próximos anos?

Na visão da Misereor, é preciso fortalecer, em primeiro lugar, a demarcação e a proteção integral dos territórios, com políticas públicas consistentes e orçamento adequado. Também é essencial garantir a consulta livre, prévia e informada, combater a violência e a criminalização e aprimorar mecanismos de responsabilização por crimes e violações – inclusive os associados a atividades econômicas.

Nos próximos anos, caminhos estratégicos passam por ampliar a participação indígena em instâncias nacionais e internacionais, apoiar a educação, a saúde e a comunicação indígena, e consolidar alianças amplas com a sociedade civil, as igrejas, a academia e organismos internacionais para sustentar uma agenda de direitos, vida e território.

Quem é a Misereor?

Fundada em 1958 pelos bispos católicos alemães, a Misereor é hoje a maior organização católica de cooperação para o desenvolvimento do mundo. Com sede em Aachen, na Alemanha, já apoiou mais de 112 mil projetos na África, Ásia, América Latina e Oceania. O nome vem do latim *misereor* – “tenho misericórdia” – e reflete o compromisso que a organização carrega desde sua origem: estar ao lado dos pobres, dos excluídos e dos que lutam por condições dignas de vida.

No Brasil, a Misereor financia iniciativas conduzidas por organizações e movimentos sociais em diversas áreas – dos direitos dos povos indígenas ao combate à tortura, da agroecologia à comunicação popular. Entre seus parceiros históricos no país está o Cimi, com quem atua há décadas na defesa dos territórios indígenas, no monitoramento de violações e na incidência política em espaços nacionais e internacionais.

A organização não repassa recursos diretamente a governos, mas a parceiros da sociedade civil – o que, segundo Regina Reinart, garante autonomia para dizer o que precisa ser dito, sem subordinação a agendas institucionais. Os recursos vêm de doações privadas, da Igreja Católica alemã e de fundos do governo federal da Alemanha, com obrigação pública de prestação de contas.



Regina Reinart e Francesc Comelle (Chiquinho) durante o preparo da palha na Terra Indígena Mura Tukumã, em Careiro da Várzea (AM), durante visita de campo com o Cimi Regional Norte I



Regina Reinart e Andreia Fanzeres, coordenadora da Operação Amazônia Nativa (Opan), durante visita à Terra Indígena Enawenê-Nawê, em Mato Grosso